

Pedro Alves Gomes
Graduando em
Ciências Sociais
pela Universidade
Federal do Espírito
Santo – UFES.

Contato:

<pedroag96@hotmail.com>

**Juliana dos Reis
Abrantes**

Graduanda em
Ciências Sociais
pela Universidade
Federal do Espírito
Santo – UFES.

Contato:

<julianarabrantest@outlook.com>

Palavras-chave:

Antropoceno; Terra;
Capitalismo; Ecos-
socialismo.

Keywords: *Anthropocene; Earth; Capitalism; Eco-socialism.*

1 O antropoceno é um conceito utilizado para denominar uma era onde o onde se torna também uma força geológica, ele atua, modifica e transforma a natureza de forma substantiva (HARAWAY, 2016).

2 Tais conceitos são utilizados pela autora como sinônimos ou similares ao antropoceno, ou seja, conceitos diferentes que explicam e caracterizam um mesmo fator: o homem como uma força geológica dessa nova era (HARAWAY, 2016).

3 Apresentamos o conceito originalmente igual colocado no devido texto (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

ENTRE O CÉU E A TERRA NO ANTROPOCENO:

POR UMA OUTRA CONCEPÇÃO DE SER, VIVER, ESTAR E SE RELACIONAR

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo pensar sobre a vida no antropoceno, analisando formas de ser, viver, estar e se relacionar com a terra. O presente trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica, discutindo e relacionando textos pertinentes a discussão proposta. Expõe alguns problemas e relações característicos do período do antropoceno – época em que os humanos se tornam a força ambiental dominante na Terra –. Apresenta uma proposta de percurso histórico para chegar ao momento atual e aponta uma alternativa à essa forma de vida, uma mudança estrutural e radical, uma transição do sistema capitalista para uma sociedade ecossocialista.

ABSTRACT: *This article aims to think about life in the anthropocene, analyzing ways of being, living, being and relating to the land. The present article was carried out through a bibliographic review, discussing and relating relevant texts to the proposed discussion. It exposes some problems and relations characteristic of the anthropocene period – a time when humans became the dominant environmental force on Earth –. It presents a proposal of a historical path to reach the present moment and points out an alternative to this way of life, a structural and radical change, a transition from the capitalist system to an ecosystemic society.*

INTRODUÇÃO

Afinal de contas qual será o objetivo principal da Antropologia, o que ela se propõe a estudar ou explicar de alguma maneira? Em vias gerais, podemos dizer que, muitas vezes, ela busca entender sua própria cultura a partir de outras. Com esse propósito ou não, estudos antropológicos são essenciais para as sociedades de maneira geral, seja abrindo nossos olhos para novas perspectivas, seja cortando pela raiz o etnocentrismo entranhado em nossas mentes ainda tão cedo. Podemos inclusive pensar o mundo, nossa relação com ele e o futuro que está por vir. Nesse sentido, estudos sobre o antropoceno¹ são fundamentais para pensarmos até mesmo nossa posição enquanto humanos nesse espaço.

Em sua maioria as discussões sobre esse período partem do princípio de que deixamos para trás a época do holoceno e, devido às grandes modificações que vêm sendo feitas por nós na Terra, entramos na era do antropoceno, ou seja, aquela em que os humanos se tornam a força ambiental dominante no planeta ou onde as atividades humanas começaram a ter um impacto global significativo no clima e no funcionamento dos ecossistemas.

Diversos elementos e acontecimentos no planeta apontam para essa ideia do antropoceno e sua importância. Podemos apontar as crises hídricas, a poluição atmosférica, as mudanças no clima, extinção de espécies, destruição de habitats, acumulação e desigualdade, produção de lixo, a destruição da camada de ozônio, degradação do solo, entre outros fatores que apontam para essa questão única, a ação humana e sua centralidade na Terra, seu funcionamento, seu uso e conseqüentemente seu futuro.

Entretanto, não restam dúvidas quanto ao fato de que os processos antrópicos tiveram efeitos planetários muito impactantes, oriundos, por exemplo, de outros processos e nossas interrelações com as demais espécies. Até mesmo a nossa, arrogante, sabe que não age sozinha e há, assim, uma constituição do que podemos chamar de arranjos de espécies e atores que constroem a história do planeta (HARAWAY, 2016).

É preciso dizer também que o próprio conceito de antropoceno não é uma unanimidade, visto que termos como capitaloceno, plantationoceno e chthuluceno² (HARAWAY, 2016) também aparecem como possibilidades de definição sobre os estudos desenvolvidos acerca do tema. Há discordâncias quanto essas denominações utilizadas, seja entre a utilização de uma ou outra, seja entre diversos entendimentos sobre um só conceito. Haraway (2016, p. 140), por exemplo, diz entender o antropoceno mais como um evento-limite do que uma época, pois “[...] o Antropoceno marca descontinuidades graves; o que vem depois não será como o que veio antes”. As fronteiras e os limites entre as ideias de antropoceno e capitaloceno, por exemplo, podem significar muita coisa. Entretanto, é fato que existe uma destruição irreversível em andamento, destruição que não atinge somente os 11 bilhões ou mais de pessoas que devem estar na Terra no final do século XXI, mas também para uma enorme variedade de outros seres (HARAWAY, 2016), acreditamos, portanto, que seja necessário aprendermos a nos relacionar e criar laços verdadeiros com eles.

Há a possibilidade também de compreender esse período ou “evento-limite” (HARAWAY, 2016) com o auxílio de outros conceitos, como é o caso de “geontologia”, conceito proposto por Elizabeth Povinelli (2016) e debatido por Alyne Costa (2016), que seria uma ideia onde novas visões de mundo são colocadas, incluindo a de que o homem ou os animais não conseguem existir sozinhos no mundo, não sem os seres não-orgânicos, por exemplo. Mesmo com a ideia da “geontologia” o antropoceno não muda sua figura de era ou época que evidencia os abusos extremos das ações do homem na Terra, das ações de Estados guiados pela ótica do capitalismo liberal (COSTA, 2016).

Nesse cenário devastador talvez seja necessário a construção de uma nova antropologia, uma “antropologia do diferente³ (COSTA, 2016)” onde construa-se um mundo novo, de constituições mútuas entre seres vivos e não-vivos, onde a diferença entre vida e não-vida não seja algo estabelecido e definido com tanta facilidade a partir de uma única forma de se conceber uma determinada ordem física. Talvez seja necessário darmos vida ao diferente (COSTA, 2016).

Pensando nisso, o presente trabalho tem por objetivo principal pensar sobre a vida no antropoceno, analisando formas de ser, viver, estar e se relacionar com a Terra. Para atingir tal objetivo foi realizada uma revisão bibliográfica, discutindo e relacionando textos pertinentes a discussão proposta. Dessa maneira, num primeiro momento buscou-se discutir um pouco sobre esse estar no mundo, as condições, situações e limites do planeta Terra nos dias de hoje, bem como as consequências ambientais decorrentes da era do antropoceno. Num segundo momento, apresenta-se uma alternativa a essa sociedade capitalista, uma construção de uma nova e o caminho de uma que seja ecossocialista.

CÉU E TERRA: ESTAR NO MUNDO⁴

Se estamos discutindo novas formas de vida, estamos falando de um estar no mundo e, consequentemente, do céu e da terra. O antropoceno, ou o nome que se queira dar, diz respeito necessariamente a um estar no mundo e a uma destruição desse, sendo ela coletiva e plural, já que não se limita geograficamente e muito menos culturalmente. Portanto, não se destroi só a população não-indígena, mas também outras formas de viver, estar e sentir. Há muito mais entre o céu e a terra, sobre uma catástrofe eminente, a queda do céu.

Esse trabalho pretende de forma sucinta e objetiva (infelizmente por motivos mais práticos do que metodológicos) trazer elementos presentes na *Queda do céu*⁵ para pensar outras vidas no mundo, o céu e a terra, como tentativa de compreender melhor quais são essas vidas e terras dessa “era” – preferimos nos ater a ideia de antropoceno apenas como substantivo, poderiam ser utilizados outros sinônimos.

Pensaremos então naqueles de forma simultânea, mas não a partir de experiências de pessoas não-indígenas ou não descendentes de povos originários. Escutaremos o que um xamã yanomami tem as nos dizer. Para os yanomami⁶, por exemplo, há um temor quanto a uma queda do céu e ser esmagado por ela, assim como ancestrais deles foram um dia. O céu dá medo, mulheres e crianças choram quando o peito do céu emite ruídos. E, nesse contexto, é do conhecimento de todos que ele, há muito tempo, já caiu sobre os antigos (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Há, nesse contexto, outras concepções de ser, viver, estar e se relacionar, humano não é o humano que pessoas não-indígenas conhecem, muito menos o animal e entender isso é muito importante para o debate do antropoceno aqui proposto, pois se trata justamente da relação do “homem” (perspectiva não-indígena) com a terra, de constituições mútuas. Os yanomami nos dizem que todos os seres que habitam a floresta têm medo do céu, de sua imensidão, inclusive os espíritos (KOPENAWA & ALBERT, 2015). Importante perceber a noção proposta de “seres”, pois o binômio europeu ocidental criado de homem e animal não existe para essa cosmologia, o trovão, por exemplo, também era um animal. O “humano” é, então, muito mais do que usualmente pensa a sociedade, porque na verdade, de acordo com Kopenawa & Albert (2015, p. 206), “[...] os animais também são humanos”.

No cenário de uma era em que o homem ocupa essa força central ou motriz, num plano de destruição iminente e irreversível em andamento a passos largos precisamos, além de dar vida ao diferente, perceber novas formas de vida e todas as constituições que nos cercam. Os yanomami podem entender que as bananeiras são mulheres-plantas, as bananas são um fruto que nascem de um processo de gravidez e parto (KOPENAWA & ALBERT, 2015). Ao falar de uma perspectiva pessoal, como pessoas não-indígenas, podemos dizer que pelo fato de as bananeiras serem mulheres, é preciso pensar em vivências e convivências conjuntas.

Nessa era do antropoceno, de uma destruição em andamento, precisamos entender mais a fundo nossa posição nesse mundo, quem somos junto com o céu e a terra, pois é a partir daí que podemos vislumbrar uma mudança. Não há mais espaço para uma ideia ignorante, pobre e mesquinha de que somos seres centrais, superiores, especiais ou distantes da natureza e dos outros animais.

Esse processo de destruição possui um motivo super relevante, que é a exploração e espoliação excessiva e contínua feita sobre diversos “produtos”, como, os minérios e o petróleo, por exemplo. Uma perspectiva indígena diria que essa extração desenfreada significa desenterrar cada vez mais perigos, coisas maléficas que anteriormente foram escondidas no chão para que ninguém as pudesse encontrar, para evitar doenças e mortes, de modo que deixá-las no chão é proteção. Para os yanomami a floresta é a carne e a pele da terra, coisas que os não-indígenas desconhecem e, mesmo tendo mercadorias mais que suficientes para viver, continuam cavando a todo custo, sem saber que na verdade todos estão sendo igualmente contaminados, indígenas e não-indígenas, sendo uma ameaça a múltiplas existências (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Os autores supracitados trazem discussões fundamentais em diversos aspectos e pensar sobre catástrofes ou um fim do mundo que está por vir nessa era do antropoceno se torna mais profícuo com os ensinamentos e ideias ali postas. Isso por que precisamos mais do que nunca entender que não há superioridade do antropos em relação a outros seres e que, na verdade, a fragilidade virá para todos e acabaremos caindo para debaixo da mesma terra (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Estamos vivendo sob um cenário de literalmente uma queda do céu e o colapso de uma terra, pois é fato que chegamos a um ponto sem volta. A chuva vai cair cada vez mais forte, águas irão transbordar, as raízes serão destruídas e o aniquilamento será total e é claro que o pensamento de nós, não-indígenas, em sua grande maioria não é sobre isso, sobre morte, destruição, perdas. Há apenas uma preocupação em arrancar e extrair cada vez mais, como se não houvesse consequências. É fato que se o pensamento não mudar de rumo, os yanomami não serão os únicos que deverão temer a morte (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Se admitirmos que haverá novamente um aniquilamento em grandes proporções, o passado não poderá ser esquecido ou ignorado e mais uma vez na história nada poderá compensar o valor de tantas mortes. Nenhum dinheiro que as pessoas possam

4 Este tópico representa a base central de discussão desse trabalho, e tem por objetivo fazer uma resenha crítica, dialogando também com outros autores, do texto “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

5 Referência ao livro de Kopenawa e Albert (2015).

6 Optamos por utilizar a palavra “yanomami” durante todo esse texto com a primeira letra minúscula a fim de respeitar a maneira pela qual Kopenawa e Albert (2015) a utilizaram no livro *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*.

ter é capaz de compensar, pois estamos falando mais uma vez de mortes e perdas. Não obstante, há muito tempo a população não-indígena leva doenças que matam e devoram a carne, como o sarampo, a gripe, a malária, a tuberculose e todas as outras que aniquilam diversos povos indígenas. Ainda assim, parece que não conseguimos escutar, enxergar e pensar (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Tal aniquilamento não é algo novo, na verdade faz parte de toda a história do Brasil. Darcy Ribeiro (2015) diz que o Brasil enquanto país nação se fundou justamente assentado sob processos de violência e repressão que geraram um genocídio continuado e um implacável etnocídio (RIBEIRO, 2015). Assim, além de levar e causar tudo isso às populações indígenas, o sistema sob o qual vivemos ainda causa a morte de florestas, rios, ecossistemas, etc.

Vale ressaltar que os efeitos do antropoceno são demasiadamente grandes e não estão alocados a longo prazo, num futuro, mas já são sentidos e evidenciados nos dias de hoje. Tal fator pode ser observado, por exemplo, ao levar em consideração que a perda de biodiversidade e a adição de nitrogênio e fósforo já ultrapassou os limites (ARTAXO, 2014). É imprescindível, portanto, pensar se vamos apenas continuar, como afirma Galeano (2012, p. 06-07), “[...] aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para nossa perdição e contribuimos para o extermínio da escassa natureza que nos resta”. Isso porque o envenenamento da terra e o esgotamento da água (GALEANO, 2012) são alguns dos vários elementos que podem ser destacados nesse cenário de destruição.

É preciso dizer ainda que não há mais tempo para falar em recuperação do meio ambiente, dado que a discussão gira em torno da nossa sobrevivência enquanto seres humanos. Isso se dá principalmente pelo fato de que o capitalismo enquanto modo de produção e sistema socioeconômico ao longo de sua existência e consolidação sempre lida a seu modo, ou seja, de acordo com seus objetivos de exploração e acumulação, com a ecologia de maneira geral (MÉSZÁROS, 2011).

Ainda que não seja possível totalizar, em grande maioria, nós construímos uma ideia de mundo inteiro que na verdade é extremamente restrita e se limita a um mundo de fábricas, onde máquinas produzem mercadorias. É um mundo gerado a todo tempo por motores e fadado ao adoecimento, onde humanos, animais e floresta são igualmente atingidos, onde até as árvores ficam doentes e peixes morrem nas águas (KOPENAWA & ALBERT, 2015). Ele é resultado do homem nessa nova era, o antropoceno. Talvez um dos pensamentos mais essenciais a ser destacado é o de que esse homem não é o único nessa terra, nesse céu e que consigo está levando diversos outros seres, outras vidas, vivências, constituições e pertencimentos.

Uma cultura branca europeia e principalmente não-ameríndia não reconhece a existência de um xamã, por exemplo. Não estamos dizendo que precisamos acreditar ou tomar para nós existências e crenças que não pertencem ao mundo de cada um, apenas chamamos a atenção para o fato de que um xamã, que possui um pensamento que se espalha

pelo céu, pela terra, que ama a floresta e luta para defendê-la a todo momento e a todo custo (KOPENAWA & ALBERT, 2015), talvez ajude a compreender outros caminhos, a criar uma “antropologia do diferente”. Justamente por que, na verdade, possuímos pensamentos restritos, limitados a poucas peles de papel, que nos restringe aos nossos próprios pés e não permite conhecermos a floresta como um todo. Se não a conhecemos, não nos preocupamos o suficiente para defendê-la, pois ela também sente dor e sofre, mas ainda está viva, pois quando morrer, morreremos todos juntos (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Conhecimento é a base de tudo e é o que pode mudar o mundo, uma afirmação bastante clichê, mas que pode ser explicativa para o tema com o qual estamos lidando. Não é preciso conhecer tanto quanto um xamã ou um cientista e estudioso de questões ambientais, mas é preciso, entretanto, saber que árvores que plantamos, como a mangueira, o coqueiro, a laranjeira e os cajueiros, por exemplo, não sabem chamar a chuva e isso vai deixando a floresta menos saudável. Essa precisa de sua saúde para respirar. Ela respira, por isso as folhas estão sempre brilhantes e não secas. Precisamos ter conhecimento para proteger e defender ela inteira, onde os humanos não habitam, mas os povos ameríndios sim e até mesmo onde os a população de maneira geral habita, pois a única maneira de mantê-la viva é protegendo-a por inteira (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Óbvio que há um temor e distanciamento entre os não-indígenas e os yanomami, por exemplo, pois historicamente os primeiros matam os xamãs mais antigos e isso para os segundos é muito assustador, pois são eles que mantêm a terra e o céu, que não deixam cair, até por que se todos morrerem vai cair e aí é o caos, é mais aniquilamento, por isso talvez seja preciso saber ouvir mais. Talvez, se como dizem Kopenawa & Albert (2015, p. 491-492),

“[...] os brancos escutassem nossas palavras e pudessem sonhar eles mesmos com tudo isso, porque, se os cantos dos xamãs deixarem de ser ouvidos na floresta, eles não serão mais poupados do que nós. [...] Os xamãs não afastam as coisas perigosas somente para defenderos habitantes da floresta. Também trabalham para proteger os brancos, que vivem embaixo do mesmo céu [...]”.

É aí que as ideias podem convergir, porque se Eduardo Viveiros de Castro e Débora Danowski (2017) perguntam se há mundo por vir, Ailton Krenak (2019) apresenta ideias para adiar o fim do mundo, se Stengers (2015) aponta para um tempo de catástrofes, Kopenawa & Albert (2015) temem a queda de um céu, essas ideias convergem para um mesmo ponto, o de que o cenário presente ou futuro-próximo é bem assustador, podemos morrer sem nem perceber, sem nem ter tempo de gritar ou lamentar. Se o xamã também trabalha para proteger os não-indígenas, precisamos trabalhar para mantê-los vivos (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Não somente isso por interesse em proteção, mas sim por entendermos que se não mudarmos nossa mentalidade, forma de se relacionar com os outros seres e com a vida, estaremos fadados ao

fracasso. Não acreditamos que o triste desse fim seja a morte por si só, mas pelo tanto que perdemos e negligenciamos, tanta beleza não vista, trocas não efetuadas, experiências mágicas não vividas, tanto potencial do que concebemos por humanidade não explorado e tudo isso a troco de tão pouco, uma vida baseada em consumir lixo e veneno, adoecimento do corpo e da mente e a sensação de que algo está muito errado.

É preciso lembrar que durante algum tempo os ameaçados eram os povos indígenas, tanto em relação a rupturas quanto em relação ao sentido de extinção de suas vidas. Hoje, entretanto, todos estamos ameaçados frente a uma realidade da Terra que não consegue mais lidar com nossas demandas. A sociedade precisa, em primeiro lugar, entender que não é o sal da terra, é preciso superar qualquer ideia etnocentrista para que haja algum avanço ou mudança no que tange suas relações com essa terra (KRENAK, 2020).

Dessa maneira, há de se pensar, portanto, não em uma apreensão única no sentido de temer para além de nossas próprias vidas (seres humanos), mas sim com a da terra inteira, pois o caos não será único, a queda do céu esmagará a todos. É preciso, talvez, ter tanto medo dela quanto os yanomami têm (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Não que o medo seja uma coisa boa para se viver com ou a partir de, mas ele pode permitir um temor maior que gere mais respeito e preocupação com as consequências de nossas ações. Esse ser humano inventado por uma sociedade branca e ocidental não tem espaço mais nesse mundo, pois não sabe estar nele com o céu e a terra. Esse mesmo homem, uma força motriz que gerou uma nova era, que trouxe a destruição, a catástrofe e o aniquilamento, é aquele que precisa se rever, reviver e reinventar, precisa aprender a estar no mundo. Longe de consolar ou pensar alguma coisa, apenas como maneira de defesa coletiva da vida, de um temer conjunto do fim, de uma queda do céu sob a qual a floresta, não-indígenas e os yanomami morrerão todos.

Uma antropologia não é suficiente. Pensar em novas formas de escutar e conhecer também não é imaginar que ficaremos mais sensatos talvez também seja sonhar demais. O fato é que se continuarmos seguindo esse caminho vamos morrer todos, isso já aconteceu com diversos outros habitantes da floresta, só que agora o fato é que ninguém vai sobreviver (KOPENAWA & ALBERT, 2015).

Esse caminho que seguimos há algum tempo forja dicotomias, pertencimentos e gera distanciamentos. Se o seguimos até agora e chegamos onde estamos, Krenak (2019, p. 08) tem toda a razão quando pergunta: "somos mesmo uma humanidade?". Se acredita que a resposta é positiva, precisamos de uma nova. Se acredita que não somos, precisamos urgentemente sê-lo verdadeiramente. Isso porque na verdade essa versão forjada historicamente de que somos uma humanidade única gerou um distanciamento e um alienamento muito grande em que chegamos ao nível de acreditar que somos uma coisa e a Terra é outra (KRENAK, 2019). É preciso fugir desse caminho, desviá-lo, criar outro, pois quando Krenak (2019, p. 09) diz que "[...] tudo em que eu consigo pensar é natureza", precisamos

conseguir pensar do mesmo jeito.

ECOSSOCIALISMO OU BARBÁRIE⁷

Vivemos sob uma ótica do sistema capitalista, suas ferramentas de funcionamento, opressão e exploração. Será que é possível, então, pensarmos em outra forma de ser e estar no mundo vivendo sob a ótica dele? Talvez a possibilidade de salvação dos yanomami, de vários outros povos e corpos e da população não-indígena de maneira geral, seja uma mudança de sistema. Precisamos pensar em um sistema que não explore recursos naturais até que não existam mais, que não vise o lucro acima da vida, da natureza, do meio ambiente. Um sistema que respeite todos os seres humanos e não-humanos, outros seres vivos e não-vivos.

O sistema capitalista funciona, portanto, numa lógica de manutenção da exploração, expropriação e opressão que não permite pensarmos em outras formas de ser, estar, viver e se relacionar no mundo. O capitalismo, historicamente, sempre visou recursos naturais que ele considera infinitos, os quais na verdade rouba. Em termos estruturais, o sistema tem como princípio uma apropriação da natureza e recursos sem nenhuma consideração por algum tipo de renovação (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), ele rouba até que acabe ou esteja morto.

É preciso dizer, entretanto, que nos últimos anos esse sistema vem passando por uma crise que, de acordo com Arruzza; Bhattacharya & Fraser (2019, p. 83), "[...] é também uma crise ecológica". Ela não é a primeira, mas é a mais global e forte até o momento (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019), ou seja, nessa crise atual as relações e maneiras de estar e viver com o mundo, a terra e isso que chamamos de natureza estão muito mais acentuadas e frágeis. As ameaças que a terra e o planeta vêm sofrendo são resultados de um processo de ação histórica do capitalismo a fim de abastecer desenfreadamente seus meios de produção (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). A forma, portanto, que nos relacionamos com a terra ou a "natureza" está estritamente e diretamente relacionada ao sistema como um todo, suas ferramentas de funcionamento, suas relações e consequências. A solução parece ser, então, pensar uma nova ordem que rompa com esse sistema.

Vivemos, portanto, em um momento de crise do capitalismo que é automaticamente uma crise também ecológica, resultados de sua dinâmica, que transforma os seres humanos e os recursos naturais em mercadorias úteis à expansão de seus negócios e processos de acumulação do lucro. O sistema capitalista é responsável por transformar tudo (terra, água, ar, seres humanos) em meras mercadorias, não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios. Se estamos discutindo as relações, formas de estar e viver nessa terra, estamos discutindo também o meio ambiente e precisamos automaticamente discutir o capitalismo que gera a destruição, a devastação, o envenenamento ambiental, entre outros efeitos da produção do capital (LÖWY, 2013). A saída para essa crise, que é no modo de vida capitalista, talvez seja pensar em uma mudança radical, outro horizonte histórico, que vá além, que vá além da lógica do lucro e da mercadoria, uma alternativa ao que é a verdadeira raiz do

7 Nos inspiramos na célebre frase de Rosa Luxemburgo: "Socialismo ou Barbárie!", para construir o título deste tópico. Vale ressaltar que Luis Satie já se utilizou de tal expressão em seu livro "Ecosocialismo ou barbárie: a relação capital-natureza no Brasil". Ver: SATIE, Luis. (2009). Ecosocialismo ou barbárie: a relação capital-natureza no Brasil. São Paulo. Clube de autores.

problema (LÖWY, 2013).

A era do antropoceno e a situação a qual nos encontramos hoje é responsabilidade, para além dos seres humanos, do sistema capitalista, que impõe sua lógica absurda de expansão e acumulação sem limites, um produtivismo que só visa o lucro. A alternativa, a mudança radical e estrutural deve envolver uma transformação nas relações de produção e das forças produtivas: o ecossocialismo. Pensar nela significa pensar em uma nova sociedade, onde haja produção democrática, decisões que não são cunhadas sob a ótica da exploração e do consumo sem limites (LÖWY, 2013).

O ecossocialismo visa, dessa maneira, ir à raiz do problema, promover uma mudança estrutural para assim conseguir construir um novo tipo de civilização, uma ruptura radical entre as bases de fundamentação da sociedade capitalista, industrial, ocidental e moderna (LÖWY, 2014). Assim, busca romper com toda a lógica do capitalismo para construir uma nova sociedade pautada sob outros princípios com uma outra relação com a ecologia, com a natureza.

Pensar nessa nova sociedade implica necessariamente em compreendermos um pouco da história do sistema a ser reformado, entendendo como ele opera atualmente e qual é o caminho que pode nos levar a uma mudança. Por isso, assim como bem pontua Sampaio Jr. (2009), precisamos nos lembrar que a história consolidada ao longo do tempo do capitalismo evidencia que, mais cedo ou mais tarde, com um grau de dificuldade maior ou menor, ele consegue se recuperar de crises e reestabelecer os processos de acumulação do capital dando início ao novo ciclo expansivo (SAMPAIO JR., 2009) que representa um tipo de resiliência dele em se adaptar a novos contextos e constantemente iniciar novos processos.

Não podemos, desta maneira, negligenciar o fato de que, como destaca Sampaio Jr (2009, p. 47), “o fim do ciclo expansivo aprofundará e generalizará a barbárie capitalista, abrindo um período de grandes convulsões sociais e acirramento das rivalidades entre os Estados nacionais”. Fatos estes que expõem o caráter bárbaro do capitalismo.

É imprescindível pensarmos, portanto, em uma alternativa de modo de vida que não tenha por princípio fundamental o lucro acima da vida, que não possua opressões como base estrutural de seu funcionamento. Se acreditamos que, como afirma o Manifesto Ecossocialista Internacional (2020, online), “[...]é nosso dever, se escolhermos um fim outro que não a barbárie[...], que tenhamos como fim o ecossocialismo ao invés desse sistema causador da barbárie”.

Precisamos entender que ecossocialismo é uma, como bem define Löwy (2010, p. 688-689), “corrente de pensamento e de ação ecológica que se apropria dos conhecimentos adquiridos fundamentais do socialismo”. Essa corrente não é pautada pela lógica de mercado e lucro, mas sim por uma proteção do meio ambiente. Rompe-se com essa ideia produtivista de progresso e produção e busca-se uma sociedade baseada no controle democrático e igualdade social. Uma sociedade baseada apenas nas necessidades

humanas, com gestão racional do meio ambiente, respeitando os ecossistemas. Tudo isso, entretanto, exige uma revolução energética, que proponha energias alternativas, limpas e renováveis (LÖWY, 2010). Defendemos, portanto, que o ecossocialismo é uma alternativa frente a necessidade de pensar em novas formas de viver, estar e se relacionar com esse mundo, com essa “natureza”, com o planeta Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há, portanto, alguns pontos essenciais a serem destacados em torno dessas discussões. O primeiro é que tomamos por base nesse trabalho; uma ideia de antropoceno⁸ que pressupõe a superação de uma época do holoceno devido justamente às modificações humanas feitas no planeta e na terra. Ele nada mais é, então, do que a era onde os humanos se tornam a força ambiental dominante na Terra ou onde as atividades humanas começaram a ter um impacto global muito mais significativo.

Alguns elementos em particular convergem para essa ideia de uma nova era e, entre eles, podemos destacar as crises hídricas, as poluições atmosféricas, as mudanças no clima, extinção de espécies, destruição de habitats, acumulação e desigualdade, produção de lixo, destruição da camada de ozônio, degradação do solo, entre outros fatores relevantes. Nesse cenário é preciso pensar em uma antropologia que pense nesse mundo e nas mais diversas formas de vida, humano, floresta, céu e terra e estar no mundo.

Esse trabalho se propôs a um desafio ontológico e epistemológico a partir do momento em que buscou refletir sobre as formas de ser, viver, estar e se relacionar com essa terra, com a Terra e com o mundo, o que inclui os yanomami, os Krenak, outros povos indígenas, não-indígenas, vivos, não-vivos, humanos e não-humanos. Buscou, ainda, apresentar possibilidades para se pensar sobre o questionamento: é possível pensarmos em outra forma de ser e estar no mundo vivendo sob a ótica desse sistema capitalista? Não pretendemos aqui afirmar que há uma certeza quanto a esse questionamento, que há certo ou errado, buscamos apenas a partir da discussão acima demonstrada apresentar uma alternativa – o ecossocialismo – que pode tanto nos ajudar a responder esta pergunta quanto embasar o desafio aqui proposto.

Não podemos dizer que há como reverter o caminho até aqui percorrido e que é possível recompensar, mas é possível ouvirmos e aprendermos mais. É preciso estar no mundo com o céu e a terra para mudarmos esse caminho e evitarmos que todo o céu desabe sobre nós de uma vez, pois caso isso aconteça, morre a floresta, morre a Terra, morrem os yanomami, morrem os Krenak e morrem os não-indígenas também.

Dessa maneira, o presente trabalho, ainda que de forma objetiva e sucinta, buscou apresentar caminhos para pensar sobre a vida no antropoceno, analisando formas de ser, viver, estar e se relacionar com a terra, apresentando uma alternativa: a construção de uma sociedade ecossocialista. O tema aqui discutido vem ganhando cada vez mais centralidade em diversas áreas de estudo, se mostra relevante pois busca auxiliar as discussões agregando diver-

8 O fato de utilizarmos antropoceno não quer dizer que discordamos ou ignoramos a existência de outros conceitos, assim como apresentados na introdução desse trabalho. Essa escolha é meramente pessoal como tentativa de facilitar a leitura e compreensão das ideias aqui expostas.

sas referências ao debate. De forma concomitante, também apresenta importância para a sociedade na medida em que busca promover uma reflexão sobre as atuais condições do planeta Terra, apresentado

uma possibilidade para construção de uma nova sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo. Boitempo.
- ARTAXO, Paulo. (2014). "Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?". *Revista USP*. São Paulo, n. 103: 13-24.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de; DANOWSKI, Deborah. (2017). *Há mundo por vir?*. São Paulo. Editora ISA.
- COSTA, Alyne de Castro. (2016). "Virada Geo(nto)lógica: reflexões sobre vida e não-vida no Antropoceno". *Analógos*. Rio de Janeiro. V. 1: 140-150.
- GALEANO, Eduardo. (2012). *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre. Editora L&PM.
- HARAWAY, Donna. (2016). "Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes". *Climacom Cultura Científica: pesquisa, jornalismo e arte*. N. 5: 139-146.
- KOPENAWA, Davi & ALBERT, Bruce. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo. Companhia das Letras.
- KRENAK, Ailton. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo. Companhia das Letras.
- _____. (2020). *O amanhã não está à venda*. São Paulo. Companhia das Letras.
- LÖWY, Michael. (2010). "Cenários do pior e alternativa ecossocialista". *Serv. Soc. Soc*, São Paulo. N. 104: 681-694.
- _____. (2013). "Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista". *Caderno Crh*. Salvador. V. 26, n. 67: 79-86.
- _____. (2014). *O que é Ecossocialismo?*. 2 edição. São Paulo. Cortez Editora.
- MANIFESTO ECOSSOCIALISTA INTERNACIONAL. Disponível em: < <https://ecodebate.com.br/pdf/ecossocialismo.pdf> >. Acessado em 28 de abril de 2020.
- MÉSZÁROS, István. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo Boitempo.
- POVINELLI, Elizabeth A. (2016). *Geontologies: A Requiem to Late Liberalism*. Durham. Duke University Press.
- RIBEIRO, Darcy. (2015). *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo. Global Editora.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. (2009). "Crise e barbárie". *Crítica Marxista*. São Paulo. Ed. Unesp. n.29: 41-47.
- STENGERS, Isabelle. (2015). *No Tempo das Catástrofes*. São Paulo. Cosac & Naify.



RECEBIDO em 2 de junho de 2020.
APROVADO em 11 de setembro de 2020.